



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8864 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

A repressão militar no Pará e a educação pública: 1964-1985

Marta Macedo Matos de Araujo - UFPA - Universidade Federal do Pará

João Lucio Mazzini da Costa - UFPA - Universidade Federal do Pará

A REPRESSÃO MILITAR NO PARÁ E A EDUCAÇÃO PÚBLICA: 1964 A 1985

RESUMO: O trabalho aqui apresentado trata das políticas educacionais, no período de 1964-1985. Tem como objetivo analisar as ações repressivas pelo Estado Militar e governo do Pará na educação pública.

PALAVAS-CHAVE: Ditadura Militar; Política Educacional; Educação Pública.

TEXTO DO TRABALHO

O trabalho apresenta dados iniciais de uma pesquisa que analisa as políticas educacionais no Pará, no período de 1964-1985, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação-LAPEM. Desse modo o estudo é resultado de revisão bibliográfica e das reflexões que ocorrem nos debates sobre a ditadura militar no LAPEM/UFPA. Nesse contexto desenvolvemos estudos para analisarmos as relações entre a ditadura militar, as políticas educacionais e a educação pública no Pará.

A pesquisa fundamenta-se na dimensão da história, política, educacional e cultural, pois consideramos, a educação entre a década de 60, 70 e 80, nosso campo de observação que evidentemente, terá abordagem local. No que tange a coleta e o tratamento das fontes faremos um levantamento do acervo documental das leis, regulamentos e instruções públicas na área da educação, no período citado, no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV) e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Conselho Estadual de Educação, os últimos em Belém.

Neste sentido, a temática do evento da 40ª Reunião Nacional da ANPED/2021 “Educação como prática da liberdade”: cartas da Amazônia para o mundo! é uma oportunidade para revisitarmos o período da história da educação brasileira e paraense, na qual encontramos tantos ecos no presente e assim, assumirmos posicionamento crítico diante de retrocessos e perda de direitos políticos atuais.

O GOLPE MILITAR

De acordo com Germano (2011) a ditadura militar iniciou-se em 1964 com um golpe articulado por parte dos militares e contou com a participação de civis que derrubaram o presidente João Goulart do governo federal e deu fim à “democracia populista”[\[1\]](#). A partir de então configurou-se uma d

ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite (GERMANO, 2011, p.17).

Reforçando a ideia do apoio civil ao golpe de 1964, Saviani (2013) destaca que houve uma ruptura, porém apenas no nível político e não no aspecto socioeconômico, “a ruptura política foi necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico” (SAVIANI, 2013, p. 364).

Segundo Ghiraldelli (2001), em termos educacionais o regime se pautou pela repressão, privatização de ensino, exclusão dos setores mais pobres da sociedade de um ensino elementar de boa qualidade, a instituição do ensino profissionalizante na rede pública, porém sem organização e preparo para sua manutenção. Para o autor as reformas do ensino correspondiam a um pacto político autoritário alinhando o sistema educacional através da ideologia do “desenvolvimento com segurança”.

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 aconteceram 12 (doze) acordos firmados entre o Ministério da Cultura e a Agency for International Development (acordos MEC-USAID) comprometendo a política educacional do país “às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos, nada representativo da democracia americana” (GHIRALDELLI, 2001, p. 234).

Neste período ganhava força a concepção tecnicista que, de acordo com Oliveira e Souza (2015), era embasada na teoria do capital humano^[2], sendo compreendida

em duas vertentes: como teoria de desenvolvimento e teoria de educação, com o sentido de adaptar os requisitos educacionais aos pré-requisitos do mercado de trabalho, o que exigiu da classe trabalhadora melhores e maiores referências e requisitos educacionais (OLIVEIRA e SOUZA, 2015, p. 20).

Além das reformas educacionais, o regime militar produziu planos setoriais de educação vinculados aos planos plurianuais de desenvolvimento, baseados em uma concepção nacional desenvolvimentista “que impactou decisivamente na elaboração dos planos educacionais, consolidando-se a lógica tecnocrata no exercício de coordenação e planejamento educacionais” (DAMASCENO e SANTOS, 2017, p. 35).

Corroborando Saviani (2013) a reforma universitária instituída pela Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968 e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, passaram a ser orientadas pela tendência produtivista^[3], tendo em vista que oficialmente adotou-se a pedagogia tecnicista como norteadora do trabalho escolar.

Saviani (2002) destaca ainda que a Lei nº 5.692/71 foi a responsável por completar o ciclo de reformas na educação com objetivos bastante específicos cuja finalidade era “ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964”, uma vez que essa ruptura política exigia um direcionamento da ordem socioeconômica e, conseqüentemente, uma continuidade na educação refletindo na legislação ao estabelecer em seu artigo 1º o ensino de 1º e 2º graus com os objetivos gerais: autorrealização do educando; qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania. Desse modo, os princípios que regem a Lei nº 5.692 deram ênfase a quantidade no lugar da

qualidade, a profissionalização do 2º grau, o detalhamento curricular reforçando o aprimoramento técnico, com eficiência e produtividade em busca de melhores resultados com o mínimo de gastos (SAVIANI, 2002, p.119).

O GOLPE NO PARÁ E A REPRESSÃO

De acordo com Petit (2014), Saviani (2002) e Ghiraldelli (2001), o principal articulador do golpe no Pará foi o tenente-coronel Jarbas Passarinho, que no dia 1º de abril coordenou a prisão, humilhação e torturas dos democratas favoráveis ao presidente João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No Pará, o governador do Estado, Aurélio do Carmo do Partido Social Democrático (PSD), apoiou o golpe militar e desenvolveu ações para permanecer no cargo.

As principais ações foram: apoiar a cassação do deputado estadual Benedito Monteiro (PTB), a criação da Comissão Estadual de Investigações[4], em 30 de abril de 1964, que tinha por finalidade investigar os funcionários públicos, que possivelmente subtraíram numerário dos cofres públicos e também daqueles que desenvolveram ações pela melhoria das condições de vida da população paraense. Em maio de 1964, o governo de Aurélio do Carmo exonerou o seu Secretário de Estado de Educação, Benedito Celso de Pádua Costa[5] e nomeou para o cargo Edson Raimundo Pinheiro de Souza Franco[6], aliado de Jarbas Passarinho. Todavia, mesmo sabendo que seria cassado, nomeou para responder interinamente pela Secretaria de Educação, Paulo Cesar de Oliveira, no dia 13 de maio de 1964.

Além disso, o governador Aurelio do Carmo, através de seu Secretário de Educação Paulo Cesar de Oliveira[7], criou no âmbito da SEDUC, a Comissão de Sindicância que tinha como meta “apurar a existência de qualquer atividade nociva ao regime democrático e à administração pública”. Fizeram parte desta comissão os seguintes professores: José Apolinário Costa - Diretoria de Ensino Primário; Mario Antônio Brasil - Colégio Estadual Paes de Carvalho; Dionísio João Hage - Instituto de Educação do Pará; José Maria Gomes - Colégio Estadual Magalhaes Barata. A partir de então dezenas de professores, servidores e alunos foram importunados, perderam cargos e ficaram temporariamente impossibilitados de concluir seus estudos. Dos casos que estamos investigando, destacamos a cassação dos direitos políticos do Bacharel Benedito Celso de Pádua Costa, que era o Secretário de Educação de Aurelio do Carmo.

Petit (2014) que investigou trechos de memórias de Jarbas Passarinho, corrobora seu protagonismo, relatando sua atuação como coordenador de uma importante ação golpista no estado, além de articular a cassação do governador Aurélio do Carmo (PSD). Jarbas Passarinho[8] foi eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa do Estado como governador do Pará em junho de 1964, após as cassações dos deputados democratas. Importante destacar também a forte influência da mídia no Pará a favor dos golpistas pois “através dos seus artigos e informações esses jornais tentavam mostrar os riscos para o país do ‘ideário marxista’, a ‘cubanização’, a ‘ameaça vermelha’, o crescimento da influência dos comunistas nos sindicatos e instituições políticas” (PETIT, 2014, p. 196).

CONCLUSÃO

O trabalho que ora apresentamos é um recorte de uma pesquisa maior desenvolvida pelo LAPEM que trata das políticas educacionais durante a ditadura militar, está em fase de coleta de informações deste primeiro período, os próximos passos que vamos investigar é a ação do decreto nº 477[9] e na primeira greve dos professores públicos estaduais em maio de 1979/1980.

O presente recorte é um assunto importante para a história da educação na Amazônia

na medida que nos possibilitará trazer a lume os nomes dos atores envolvidos e desta forma, na efeméride dos 60 anos do golpe militar, desenvolveremos ações que reabilitem a memória dessas vítimas da ditadura no Pará. O trabalho reforça a importância da investigação científica deste período da história e desvelar como se deu, além disso, auxiliar a identificação de um cenário de debates em torno da produção de um tema tão importante da educação no Pará e no Brasil, para compreendermos como nos dias atuais verificamos uma volta ao passado com a ideia das escolas militarizadas.

Revela-se importante, principalmente, quando se considera o atual contexto socioeconômico, educacional e político brasileiro de ataques a direitos sociais num ambiente complexo e contraditório de uma recessão democrática, termo utilizado por Mounk (2019) ao citar o governo Bolsonaro como um governo de ameaça real à democracia liberal no Brasil.

PALAVAS-CHAVE: Ditadura Militar; Política Educacional; Educação Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília. 11. ed. Editora UnB, 1998.

BRASIL. Decreto nº 53.915, de 11 de maio de 1964. Altera a redação dos arts. 3º, 12, 13, 14 e 29 do Decreto n. 51872, de 1º de abril de 1963. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 11/5/1964, Página 4123. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/476511/publicacao/15813685>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

. Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 26/2/1969, Página 1706. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em 23 de maio de 2021.

. Decreto nº 4.408. **Diário Oficial do Estado do Pará** publicada em de 15 de maio de 1964, nº 20.316. Arquivo da Imprensa Oficial do Estado. Biblioteca Pública do Estado, setor de periódicos.

. Portaria nº 598, de 18 de maio de 1964. **Diário Oficial do Estado do Pará** publicada em 23 de maio de 1964, nº 20.322. Arquivo da Imprensa Oficial do Estado. Biblioteca Pública do Estado, setor de periódicos.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina. **Esperança tardia: trajetórias das políticas educacionais e planejamento da educação no Brasil**. Belém: Estudos Amazônicos, 2017.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOUNK, Yasha. **O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de; SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de. **A lógica de programas na política educacional brasileira e paraense: uma agenda de estudos**. Belém.

Editora Cromos, 2015.

PETIT, Pere. O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado do Pará. **Historiae**, Rio Grande, 5 (2): 179-226, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 5. Ed. Revista – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

[1] Segundo Bobbio, Mateucci, Pasquino (1998) governos populistas são fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos específicos e permanentes.

[2] A teoria do capital se apresentou como uma teoria do desenvolvimento econômico, muito debatida nas décadas de 60/70, tendo Theodore Schultz como Prêmio Nobel de economia em 1978, pelo desenvolvimento da teoria do capital humano.

[3] O pano de fundo da tendência produtivista, como diz Saviani (2013), está constituído pela teoria do capital humano que incorpora à legislação aos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade ‘com o máximo resultado e mínimo dispêndio’.

[4] Diário Oficial do Estado do Pará, decreto nº 4.408.

[5] Diário Oficial da União, decreto de 11 de maio de 1964.

[6] Diário Oficial da União, decreto de 11 de maio de 1964.

[7] Diário Oficial do Estado, portaria nº 598 de 18 de maio de 1964.

[8] Posteriormente, o mesmo seria Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva, Ministro da Educação no governo Emílio Médici, Ministro da Previdência Social e Assistência Social no governo João Figueiredo ministro da Justiça no governo Collor.

[9] Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.